



Relatório e Contas de 2019

Apresento aos Ass. Gerais
de 30.08.2020 aprovados
documentos, Relatórios de Contas e
Contas de 2019, por sua administração

[Handwritten signature]



Relatório de Gestão

Balanço

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

Anexo

Certificação Legal das Contas

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



Relatório de Gestão

1

1 - Introdução

Exmos. Associados,

Nos termos da lei e dos estatutos, vem a direção da RESITEJO - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo, com sede social em Rua Ferro de Engomar - Eco-Parque do Relvão, Chamusca, submeter à apreciação de V. Exas. o presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de dezembro de 2019.

O referido documento contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da RESITEJO - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

As demonstrações financeiras encontram-se preparadas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março e conforme demonstrações financeiras constantes da portaria n.º 220/2015, de 24 de julho.

1.1 - Apresentação da Associação

A RESITEJO - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo é uma associação sem fins lucrativos, constituída a 9 de agosto de 1996, com a missão de gerir e tratar os resíduos sólidos urbanos produzidos nos (10) municípios de Alcanena, Chamusca, Constância, Entroncamento, Ferrelra do Zêzere, Golegã, Santarém, Tomar, Torres Novas e Vila Nova de Barquinha.

A RESITEJO é detentora de uma matriz de infra-estruturas (instalações, equipamentos mecânicos, recipientes, recursos humanos e financeiros) destinado a assegurar com eficiência conforto, segurança e inocuidade a deposição, recolha, transporte, tratamento, valorização, eliminação, estabilização dos referidos resíduos sólidos urbanos.

2 - Enquadramento Económico

As atuais projeções para a economia portuguesa apontam para uma trajetória de ligeira desaceleração da atividade económica, de um crescimento de 2,0% em 2019 para 1,7% em 2020.

O enquadramento externo da economia portuguesa tornou-se menos favorável em 2019 perspetivando-se uma recuperação modesta do ritmo de crescimento do PIB e do comércio mundiais ao longo do restante horizonte de projeção.

O abrandamento das exportações e da indústria também se tem registado em Portugal. Em contraste, o setor dos serviços permanece relativamente imune, o que tem permitido a continuação de uma situação favorável no mercado de trabalho.

O comportamento dos principais indicadores económicos apresenta-se no seguinte quadro (valores em percentagens):

Direção

Principais indicadores económicos (%)

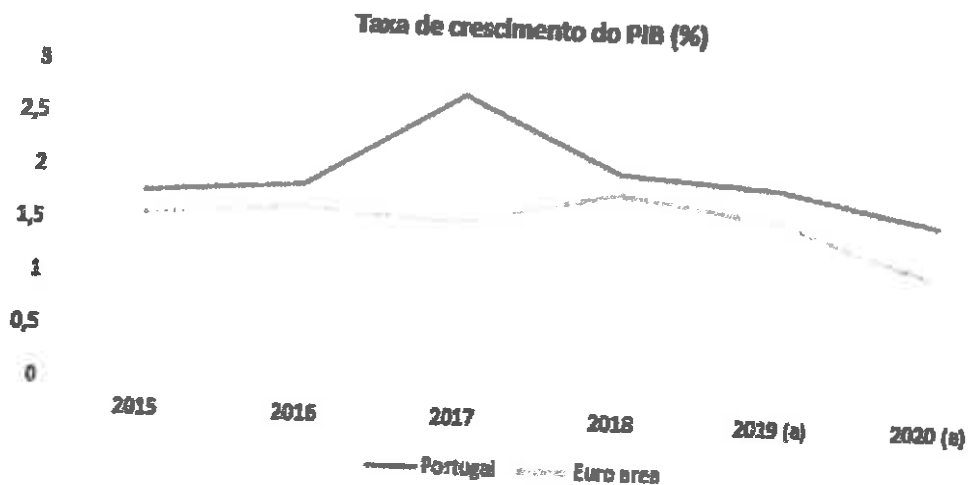
	2015	2016	2017	2018	2019 (a)	2020 (a)
Produto interno bruto (PIB)	1,8	1,9	2,8	2,4	2,0	1,7
Consumo privado	2,8	2,4	2,5	2,8	2,3	2,1
Consumo público	1,8	0,8	0,2	0,7	0,5	0,8
Défice (% do PIB)	-4,4	-2,1	-2,9	-0,5	-0,1	-0,0
Taxa de desemprego	12,4	11,1	8,9	7,0	6,3	5,9
Taxa de inflação (IHPC)	0,5	0,6	1,6	1,4	0,8	0,9

Fontes: INE – Instituto Nacional de Estatística, Ministério das Finanças, Banco de Portugal e Eurostat
 Notas: (a) Previsões OCDE e Banco de Portugal (dez/2019)

A taxa de desemprego anual prevê-se que se situe nos 6,3%, o que se traduz em cerca de 350 mil pessoas desempregadas. Em relação ao ano anterior é de realçar que a taxa de desemprego se fixou em 7,0%, recorde-se que a taxa de desemprego em 2017 era de 8,9%.

Entre os estados-membros, no decorrer do ano 2019, Portugal situou-se abaixo da taxa de desemprego na zona euro, sendo que as mais altas continuam a ser a de Espanha (13,6%) e da Grécia (18,1%), enquanto a Alemanha (3,1%) apresenta a taxa mais baixa. Na zona Euro, a taxa de desemprego desceu para 7,4% enquanto na União Europeia desceu para 6,2%.

A economia portuguesa apresenta um crescimento de 2% em 2019, uma desaceleração em comparação com 2018 (2,4%). Para 2020, a Comissão Europeia prevê uma desaceleração do PIB, positivo em 1,7%, conforme quadro a seguir apresentado (valores em percentagens):



Em Espanha, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística, o PIB registou uma taxa de 2,4% positivos no ano de 2018, tendo previsto uma taxa de 2% positivos para 2019, e 1,9% para 2020.

Prevê-se que a saída do Reino Unido, via "Brexit", venha a ter um impacto profundo na União Europeia, assim como em Portugal, principalmente em 2020. A economia portuguesa poderá sofrer impactos negativos no crescimento, nas exportações e mesmo nos custos de financiamento. O Reino Unido é o quarto maior mercado das exportações portuguesas, pelo que as exportações para o Reino Unido poderiam descer 15%, no cenário mais otimista.

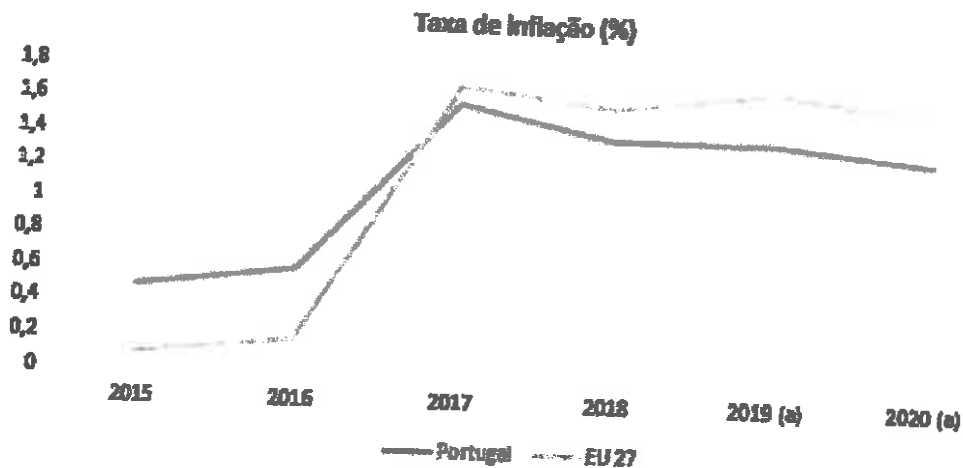
Contudo, com o "Brexit" o Reino Unido terá mais dificuldades em importar e exportar de e para outros países da União Europeia e, neste cenário, Portugal pode substituir outros países no relacionamento com o mercado Reino Unido no "pós-Brexit".

O BCE decidiu manter as taxas de juro oficiais, pelo que a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento manteve-se em 0,0%. De acordo com essa entidade, as pressões sobre os preços na área do euro deverão continuar moderadas no médio prazo, e as condições monetárias, nomeadamente ao nível do crédito, deverão permanecer contidas.

No que diz respeito aos EUA, a Reserva Federal norte-americana (Fed) também diminuiu a taxa de juro de referência para os 1,75% ao ano.

A taxa de inflação em 2019, divulgada pelo INE, fixou-se nos 0,3% (1,4% em 2018), sendo que as previsões apontam para uma subida em 2020 (0,9%).

A Eurostat divulgou que a taxa de inflação anual da zona euro, relativamente a 2019, foi de 1,3%, enquanto na UE diminuiu para 1,6%. O comportamento e evolução das taxas de inflação apresentam-se no seguinte quadro (valores em percentagens):



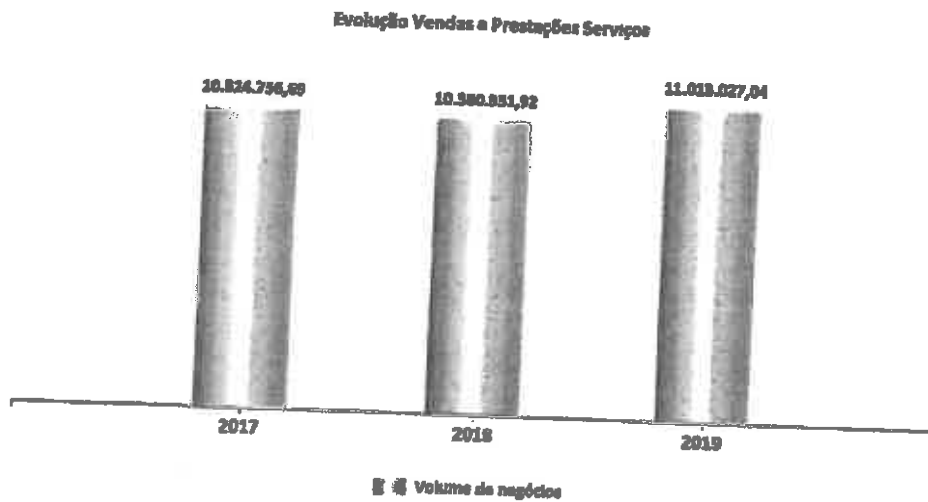
Os principais desafios da economia portuguesa para os próximos anos equiparam-se aos da área do euro e da União Europeia. O aprofundamento da União Económica e Monetária, em particular de mecanismos que permitam uma coordenação macroeconómica mais eficaz, é essencial para garantir a estabilidade macroeconómica e as condições para o crescimento económico no futuro. Contudo, temas como o "Brexit", a imigração, o clima e o envelhecimento, vão ser os grandes desafios para o novo Parlamento Europeu.

Apesar de ter alcançado progressos assinaláveis na correção dos desequilíbrios macroeconómicos, Portugal deverá prosseguir o processo de ajustamento em curso, com aumentos sustentáveis do consumo, com um crescimento do investimento que assegure a renovação do capital e com níveis de endividamento progressivamente menores, tendo em conta que o contexto externo é menos favorável e o grau de incerteza elevado.

3 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

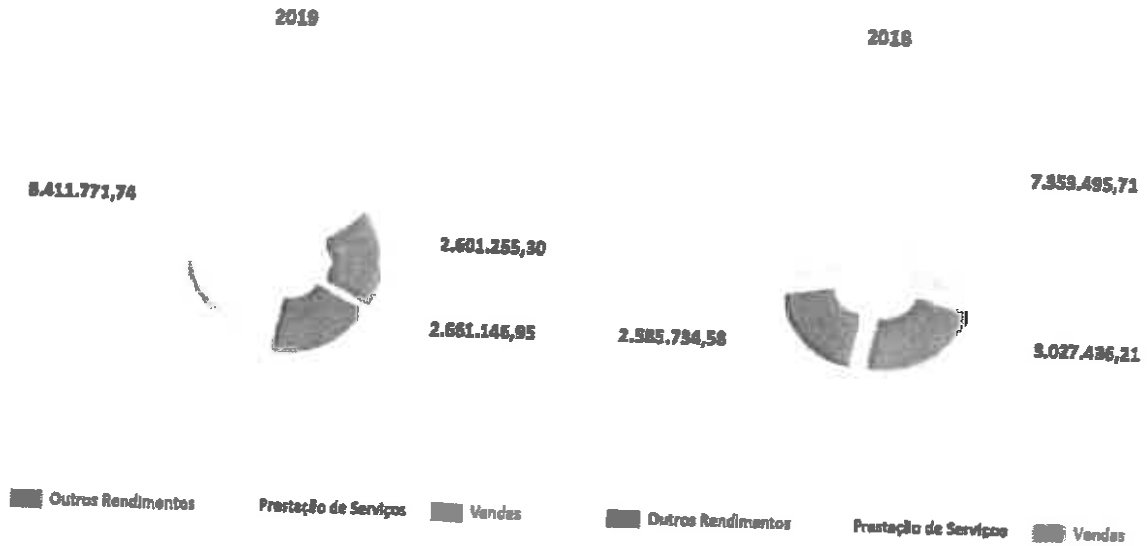
No período de 2019 os resultados espelham a atividade desenvolvida pela Associação.

A evolução dos rendimentos bem como a respetiva estrutura são apresentadas nos gráficos seguintes:





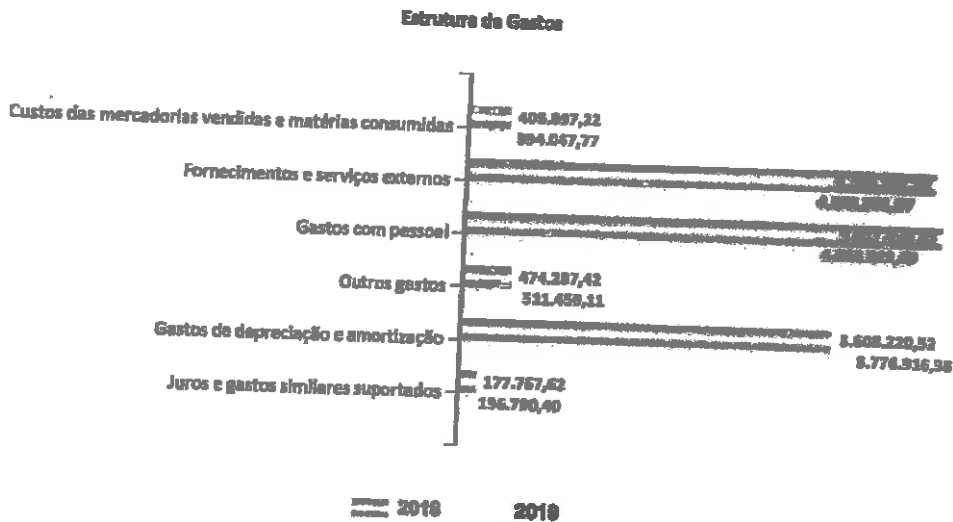
RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO 2019



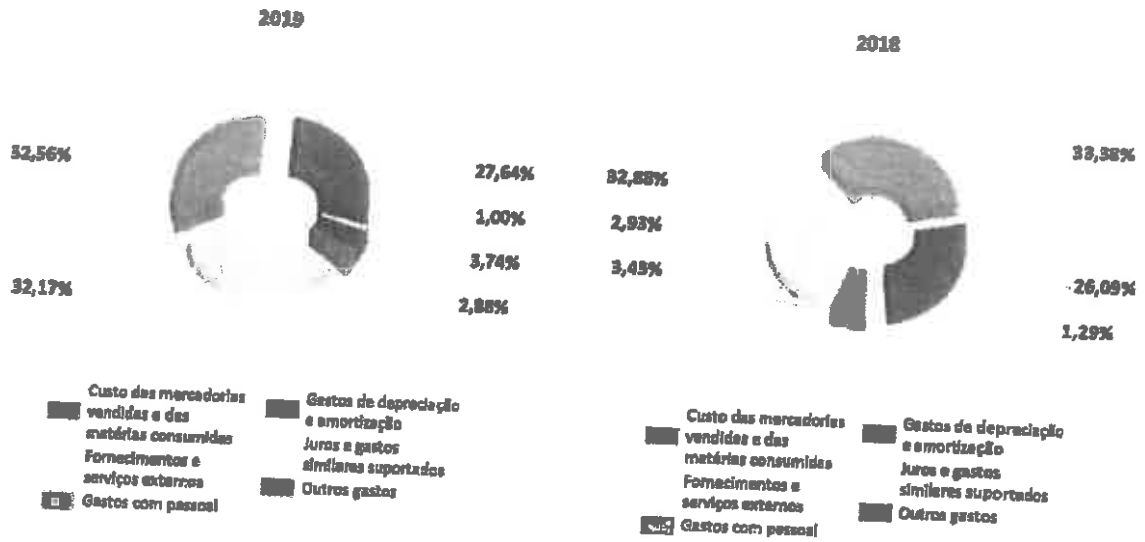
Em relação à atividade operacional salienta-se que foram processadas cerca de 190.000 toneladas de resíduos (cerca de 183.000 toneladas em 2018), conforme detalhe que a seguir apresentada (valores em toneladas):

Descrição	2019	2018
Aterro	1232	15586
TMB:		
Municípios	77168	76430
Outros	92262	72644
Triagem	20457	19198
	<u>191119</u>	<u>183878</u>

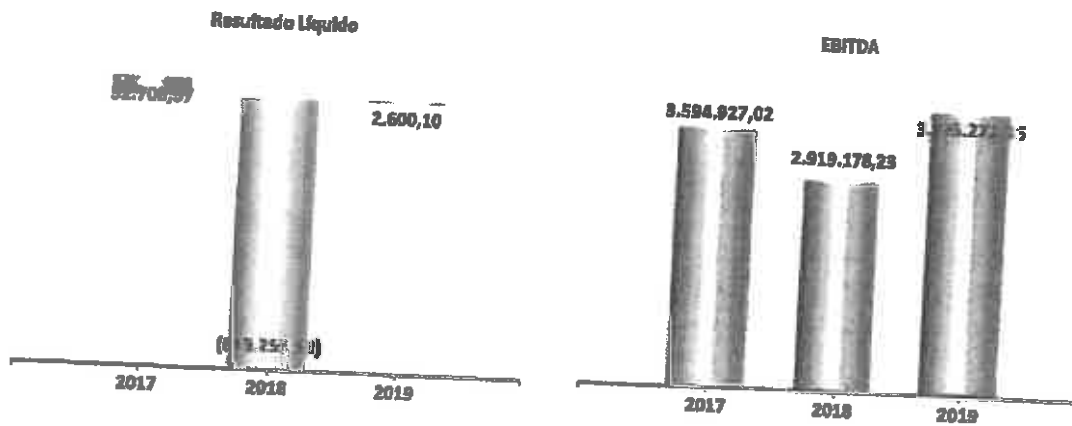
Relativamente aos gastos incorridos no período econômico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da associação:



Direção

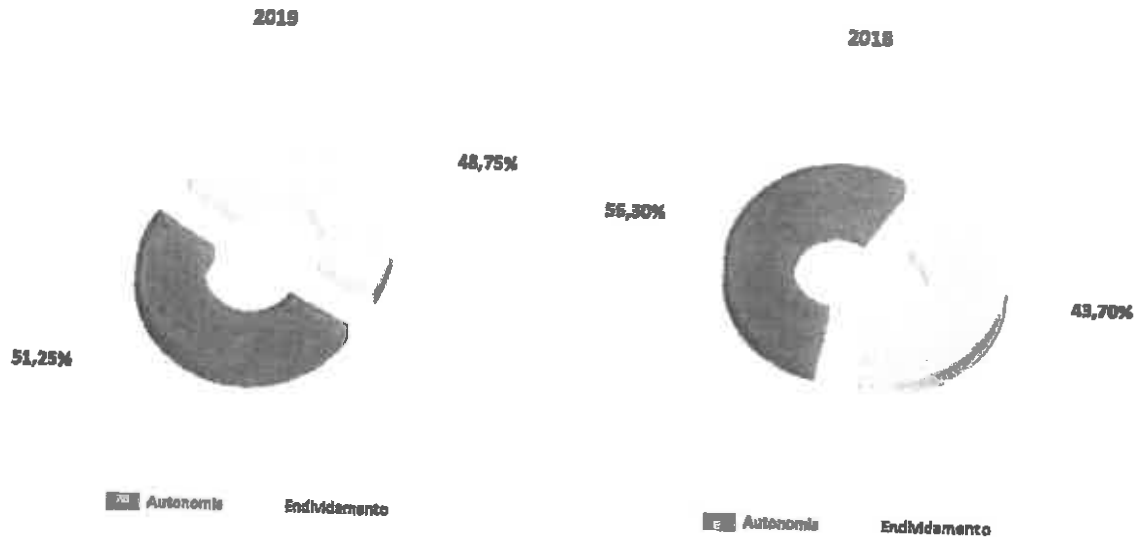


Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a associação apresentou, os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.



Direção

Em resultado da sua atividade, a posição financeira da associação apresenta, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



Indicadores Financeiros:

RUBRICAS	PERIODOS	
	2019	2018
Autonomia	51,25%	56,30%
Solvabilidade	205,14%	128,82%
Liquidez Geral	66,69%	67,54%

De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da associação através da análise dos seguintes itens de balanço:

ESTRUTURA DO BALANÇO

RUBRICAS	2019		2018	
	Valor	%	Valor	%
Ativo não corrente	13.930.100,79	71 %	16.215.776,87	76 %
Ativo corrente	5.724.982,21	29 %	5.220.714,06	24 %
Total ativo	19.655.083,00		21.436.490,93	
RUBRICAS	2019		2018	
Capital Próprio	10.073.664,03	51 %	12.068.360,40	56 %
Passivo não corrente	936.653,19	5 %	1.649.756,50	8 %
Passivo corrente	8.584.765,78	44 %	7.718.334,03	36 %
Total Capital Próprio e Passivo	19.655.083,00		21.436.490,93	

Direção

3.1 - Questões relativas aos trabalhadores

No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo nº de efetivos.

Não se encontram estabelecidos benefícios a longo prazo para funcionários.

RUBRICAS	PERIODOS		
	2019	2018	2017
Gastos com Pessoal	4.448.019,69	4.817.070,63	4.124.070,47
Nº Médio de Pessoas	272	284	287
Gasto Médio por Pessoa	15.942,70	15.704,92	14.369,58

3.2 - Investimentos

No exercício foram concretizados investimentos em ativos fixos tangíveis no montante de 1.391.419 euros, referentes essencialmente, a equipamento básico (773.337 euros), equipamentos de transporte (323.401 euros) e ativos em curso (198.983 euros).

3.3 - Investigação & Desenvolvimento

A RESITEJO - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo não despendeu qualquer gasto neste tipo de rubricas.

4 - Principais Riscos e Incertezas

A associação apresenta um nível imaterial de exposição a risco de taxa de câmbio, nem se encontra exposta a outros riscos relevantes.

A associação gere o risco de liquidez, tendo por objetivo garantir que, a todo o momento, a associação mantém a capacidade financeira para, dentro de condições de mercado não desfavoráveis, cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento e garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento dos seus negócios e estratégia.

5 - Factos Relevantes Ocorridos Após o Termo de Exercício

Após o termo de exercício e até à presente data, não ocorreram factos relevantes que possam alterar os pressupostos na base dos quais este documento é produzido.

6 - Perspetivas para o Próximo Exercício

A RESITEJO - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo será dissolvida em 2020, com a transmissão do património e da atividade para uma empresa local de natureza Intermunicipal a constituir.

7 - Considerações Finais

A RESITEJO - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de quotas próprias. Aliás a associação não é detentora de quotas ou ações próprias.

Não foram realizados negócios entre a direção e os associados, nos termos do artº 397º do Código das Sociedades Comerciais. Não lhes foram concedidos quaisquer empréstimos nem adiantamentos por conta de lucros.

A associação não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela associação.

Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal.

Na presente data, não existem dívidas em mora perante a Segurança Social.

Convém salientar que as instalações da Entidade, sitas no Eco-Parque do Relvão no concelho da Chamusca, encontram-se implementadas parte em propriedade alheia, do qual foi celebrado em 29 de dezembro de 1999, um contrato que concede à RESITEJO o gozo da parcela de terreno por um período temporal não superior a 40 anos, tendo este sido contabilizado na rubrica de "431 - Terrenos e recursos naturais", encontrando-se no exercício de 2010 totalmente depreciados, dado que a duração estimada do Aterro Sanitário era de 10 anos.

8 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A RESITEJO - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo no período económico findo em 31 de dezembro de 2019 realizou um resultado líquido de 2.600,10 euros, propondo a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	
	2019
	2.600,10

9 - Agradecimentos

A Direção não pode deixar de manifestar o seu agradecimento a todos os que contribuíram para os resultados alcançados no exercício findo, nomeadamente os seus trabalhadores, fornecedores, clientes e instituições financeiras.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo.

Direção

10 - Anexo ao Relatório de Gestão

Informações de acordo com o nº 5 do artigo 447º e o nº 4 do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais (CSC).
Relação dos membros da direção e fiscalização.

Membros da Direção

Entidade: Município da Chamusca
Representante: Paulo Jorge Mira Lucas Cegonho Quelgado
Cargo: Presidente

Entidade: Município de Torres Novas
Representante: Carlos Alberto Ramos Dias
Cargo: Vice-Presidente

Entidade: Município do Entroncamento
Representante: Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim
Cargo: Vice-Presidente

Entidade: Município de Ferreira do Zêzere
Representante: Paulo Jorge Alcobia das Neves
Cargo: Vice-Presidente

Entidade: Município de Vila Nova da Barquinha
Representante: Rui Constantino Martins
Cargo: Vice-Presidente

Conselho Fiscal

Entidade: Município de Tomar
Representante: Helder Duarte Henriques
Cargo: Presidente

Entidade: Município da Golegã
Representante: António Francisco Oliveira Pires Cardoso
Cargo: Vogal

Entidade: Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda.
Representante: Paulo Dinis Delgado Chaves, ROC nº 1085
Cargo: Vogal

Carregueira, 19 de fevereiro de 2020

Direção



Balanço

2



Balanco em 31-12-2019
(montantes em euros)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2019	2018
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	13.793.292,96	16.058.810,90
Ativos Intangíveis	6	96.469,15	156.965,97
Outros créditos e ativos não correntes		40.338,68	
		<u>13.930.100,79</u>	<u>16.215.776,87</u>
Ativo corrente			
Inventários	10	14.867,50	15.125,00
Créditos a receber		4.732.788,93	4.706.761,65
Estado e outros entes públicos	13	114.285,29	96.555,59
Diferimentos		185.227,79	113.176,38
Outros ativos correntes		19.000,00	19.000,00
Caixa e depósitos bancários	4	658.792,70	270.095,44
		<u>5.724.982,21</u>	<u>5.220.714,06</u>
Total do ativo		<u>19.655.083,00</u>	<u>21.436.490,93</u>
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		4.988,00	4.988,00
Resultados transitados		2.736.487,62	3.603.446,35
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais		7.329.588,31	9.323.185,58
Resultado líquido do período		2.600,10	(863.259,53)
Total dos fundos patrimoniais		<u>10.073.664,03</u>	<u>12.068.360,40</u>
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	8;9	996.653,19	1.649.796,50
		<u>996.653,19</u>	<u>1.649.796,50</u>
Passivo corrente			
Fornecedores	14	3.554.438,38	2.982.479,32
Estado e outros entes públicos	13	728.908,82	140.318,64
Financiamentos obtidos	8;9	3.143.129,24	9.096.170,81
Outros passivos correntes	14	1.158.289,34	1.499.365,26
		<u>8.584.765,78</u>	<u>7.718.334,03</u>
Total do passivo		<u>9.581.418,97</u>	<u>9.368.130,53</u>
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		<u>19.655.083,00</u>	<u>21.436.490,93</u>

Direção

Contabilista Certificado



Demonstração de Resultados por Naturezas

3



**Demonstração dos Resultados por Naturezas do período
findo em 31-12-2019
(montantes em euros)**

RÉNDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados	11	11.013.027,04	10.380.931,92
Subsídios, doações e legados à exploração	12	3.720,28	2.296,15
Varição nos inventários da produção	10	(237,50)	7.800,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	(394.047,77)	(405.897,22)
Fornecimentos e serviços externos	17	(4.395.381,07)	(4.546.732,62)
Gastos com o pessoal	15	(4.448.013,69)	(4.617.070,63)
Outros rendimentos	11	2.657.664,17	2.572.088,05
Outros gastos	17	(511.459,11)	(474.237,42)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		3.925.272,85	2.918.178,23
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6,7	(3.776.916,38)	(3.608.220,52)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		148.356,47	(689.042,29)
Juros e rendimentos similares obtidos	11		3.550,38
Juros e gastos similares suportados	9	(136.790,40)	(177.767,62)
Resultado antes de impostos		11.565,57	(863.259,53)
Imposto sobre o rendimento do período	13	(8.965,47)	
Resultado líquido do período		2.600,10	(863.259,53)

Direção

Contabilista Certificado

12



Demonstração dos Fluxos de Caixa

4



Demonstração dos Fluxos de Caixa do período
findo em 31-12-2019
(montadas em euros)

RUBRICAS	PERÍODO	
	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto		
Recebimentos de clientes	10.963.807,50	10.354.414,85
Pagamentos a fornecedores	4.284.276,28	4.738.764,69
Pagamentos ao pessoal	4.401.689,73	4.611.088,63
Caixa gerada pelas operações	2.277.841,49	1.004.561,53
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	691,95	(15.937,79)
Outros recebimentos/pagamentos	(151.965,64)	245.819,28
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	2.126.507,80	1.234.443,02
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	1.501.980,54	3.222.830,61
Ativos intangíveis	97.081,18	88.858,28
Investimentos financeiros	6.411,38	
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	3.390,64	
Investimentos financeiros		1.000.000,00
Subsídios ao investimento	640.805,52	1.518.805,18
Juros e rendimentos similares		3.550,38
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	(961.276,94)	(789.333,83)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	606.184,88	657.085,05
Juros e gastos similares	135.970,82	174.128,32
Outras operações de financiamento	34.377,90	96.961,04
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	(776.539,60)	(928.174,41)
Variação da caixa e seus equivalentes (1+2+3)	388.697,26	(483.064,72)
Caixa e seus equivalentes no início do período	270.095,44	759.160,16
Caixa e seus equivalentes no fim do período	658.792,70	270.095,44

Direção

Contabilista Certificado



Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

5



Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais do período findo em 31-12-2019
(montantes em euros)

DESCRICÃO	MUTIS	Fundos	Essências Mútuo	Reservas	Reservas Transferidas	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Informações que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019	€	4.004,00			2.000.000,00		9.522.330,50	(688.259,53)	12.638.084,97		12.638.084,97
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					(688.259,53)				(688.259,53)		(688.259,53)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	€							2.000,00	2.000,00		2.000,00
RESULTADO INTERMEDIAL	€										
OPERAÇÕES COM INSTRUMENTOS NO PERÍODO											
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2019	€	4.004,00			2.700.467,00		7.529.309,11	2.000,00	10.076.884,00		10.076.884,00

Direção

21

Contabilista Certificado



Anexo

6

1 - Identificação da entidade

1.1. Dados de identificação

Designação da entidade: RESITEJO - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo

1.2. Sede

Sede social: Rua Ferro de Engomar - Eco-Parque do Relvão, Chamusca

1.3. Natureza da atividade

Natureza da atividade: Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos.

As quantias apresentadas nas notas seguintes são referidas em euros.

As notas não mencionadas não se aplicam à Associação ou respeitam a factos ou situações não materialmente relevantes ou que não ocorreram no exercício de 2019.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto de continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da associação, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A associação reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A associação não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2019 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018.

Direção

Contabilista Certificado

2.2. Disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras
Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3. Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior
As contas do Balanço e da Demonstração dos Resultados são comparáveis com as do exercício anterior.

3 - Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

A estrutura conceptual do SNC tem por base as seguintes bases de mensuração: custo histórico, custo corrente, valor realizável, valor presente e justo valor, as quais são aplicadas de forma diferenciada no momento inicial e nos períodos subsequentes. De salientar, no entanto, que o normativo subjacente ao SNC permite diversas bases, tais como: custo histórico, custo corrente, valor realizável líquido, valor presente (ou atual), valor recuperável, valor de uso, custo amortizado, custo presumido, justo valor e valor de mercado.

As demonstrações financeiras da associação, de uma forma geral, foram preparadas de acordo com o critério base do custo histórico.

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

A associação optou pelas bases de mensuração abaixo descritas.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

Ativos fixos tangíveis

Os bens adquiridos são mensurados ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas adicionais de compra. Posteriormente são mantidos ao custo histórico líquidos das respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Os contratos de locação financeira, relativamente aos quais a Associação assume os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo locado, são registados, na data do seu início, como ativo e passivo pelo valor atual das rendas vincendas, desde que menores que o justo valor do bem.

As depreciações são efetuadas tendo por base as taxas definidas fiscalmente, sendo que a Associação considera que refletem adequadamente a vida útil estimada dos bens, sendo apresentadas como segue:

Edifícios e outras construções	20-50 anos
Equipamento básico	3-8 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	3-8 anos
Outros ativos tangíveis	3-8 anos

Ativos intangíveis

Os ativos adquiridos são mensurados inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas adicionais de compra, sendo mantidos ao custo histórico na mensuração ocorrida em períodos subsequentes, sendo apenas sujeitos a testes de imparidade quando existem indicadores que apontem nesse sentido.

Direção

Contabilista Certificado



Inventários

Os inventários são inicialmente reconhecidos pelo seu custo de aquisição ou de produção, o qual inclui os custos de compra, de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local atual e na sua condição. Subsequentemente, são mensurados e apresentados pelo mais baixo entre o custo histórico e o valor realizável líquido.

Valores a receber

Os valores a receber são inicialmente mensurados ao custo, podendo posteriormente ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por imparidade, sendo esta perda apenas reconhecida quando existe evidência objetiva de que a Associação não receberá a totalidade dos montantes em dívida.

Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a doze meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Rendimentos e gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de contabilidade em regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Rédito

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, e é reconhecido quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos ativos vendidos são transferidos para o comprador, no caso da venda, e é reconhecido com referência à fase de acabamento relativamente aos serviços prestados.

Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre lucros registados em resultados, incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data de balanço, e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação aprovadas para os períodos em que se prevê venham a reverter as diferenças temporárias subjacentes (dedutíveis ou tributáveis).

Os ativos por impostos diferidos são unicamente registados quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de reconhecer activos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir os montantes dos impostos diferidos ativos registados em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

- 3.3. Principais fontes de incerteza das estimativas que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte

As NCRF's requerem que sejam efetuados julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, rendimentos e gastos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos rendimentos e gastos reais.

Direção

Contabilista Certificado



As principais estimativas contabilísticas e julgamentos, utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela sociedade, são apresentados nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela sociedade e a sua divulgação.

Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela sociedade é apresentada nas Notas 3.1 e 3.2.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela sociedade o resultado, reportado pela sociedade, poderia ser diferente, caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. A administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da sociedade e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Cobranças duvidosas

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efetuada pela sociedade, da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

Impostos sobre os lucros

A sociedade encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre os lucros de acordo com a lei portuguesa. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período. Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela sociedade, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da sociedade de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

Benefícios a empregados – estimativa de férias

A determinação das responsabilidades por benefícios aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções salariais. Contudo, as alterações a estes pressupostos não deverão ter um impacto significativo nos valores determinados.

4 - Fluxos de caixa

4.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	185,39	2.214.066,86	2.214.252,10	
Depósitos à ordem	269.810,11	19.152.880,32	16.464.005,79	658.732,70
Outros depósitos bancários				
Total	270.095,44	19.006.988,21	18.678.257,89	658.732,70

4.2. Comentário da direção sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Não existem saldos indisponíveis para uso.

5 - Partes relacionadas

5.1. Identificação das partes relacionadas

5.1.1. Identificar se existem participações entre entidades

A RESITEJO é uma associação, constituída por 10 municípios (Alcanena, Chamusca, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Golegã, Santarém, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha).

5.2. Remunerações do pessoal chave da gestão

No decorrer do exercício não foram atribuídas remunerações aos órgãos sociais.

Direção

Contabilista Certificado



6 - Ativos Intangíveis

6.1. Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, conforme quadro seguinte:

Os ativos intangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha reta no registo das amortizações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil.

Descrição	Trespasses	Projetos desenvolvidos	Programas de computador	Propriedade Industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamentos at. Intangíveis	TOTAL
TODOS ATIVOS INTANGÍVEIS								
Valor bruto total no fim do período		182.284,00	167.797,26		117.879,88			468.061,14
Amortizações acumuladas total no fim do período		182.244,84	156.729,85		111.879,41			450.854,10
VALIA ÚTIL INDETERMINADA								450.854,10
Saldo no início do período								
Valor líquido no fim do período								
VALIA ÚTIL DETERMINADA								
Valor bruto no início		182.248,00	182.606,57		115.879,28			480.733,85
Amortizações acumuladas		118.248,87	122.432,20		52.728,81			393.410,88
Saldo no início do período		64.079,13	80.294,87		63.150,47			207.524,47
Variações do período		(54.329,34)	(20.325,85)		(11.928,17)			(86.583,36)
Outras aquisições		9.245,00	15.321,21		72.004,87			96.571,08
Total de aumentos		9.245,00	15.321,21		72.004,87			96.571,08
Amortizações do período		64.079,14	64.857,08		38.548,80			167.485,10
Total diminuições		64.079,14	64.857,08		38.548,80			167.485,10
Saldo no fim do período		9.245,00	15.434,92		72.004,87			96.684,80

Quadro comparativo:

Descrição	Trespasses	Projetos desenvolvidos	Programas de computador	Propriedade Industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamentos at. Intangíveis	TOTAL
TODOS ATIVOS INTANGÍVEIS								
Valor bruto total no fim do período		182.248,00	182.606,57		117.879,28			482.733,85
Amortizações acumuladas total no fim do período		118.189,87	122.432,20		52.728,81			393.350,88
VALIA ÚTIL DETERMINADA								393.350,88
Saldo no início do período								
Valor líquido no fim do período								
VALIA ÚTIL INDETERMINADA								
Valor bruto no início		184.792,00	146.206,57		42.817,00			373.815,57
Amortizações acumuladas		46.922,18	64.905,14		14.270,80			126.108,12
Saldo no início do período		89.869,82	81.301,43		28.546,20			200.717,45
Variações do período		(20.787,84)	(20.407,04)		(4.729,20)			(45.924,08)
Aquisições em primeira mão		9.245,00	6.382,00		72.004,28			87.631,28
Total de aumentos		9.245,00	6.382,00		72.004,28			87.631,28
Amortizações do período		80.742,27	57.617,04		38.453,01			176.812,32
Total diminuições		80.742,27	57.617,04		38.453,01			176.812,32
Outras transferências		25.084,80			88.082,81			113.167,61
Saldo no fim do período		64.079,14	58.344,87		88.082,81			210.506,82

Direção

Contabilista Certificado



7 - Ativos fixos tangíveis

7.1. Divulgações para cada classe de ativos tangíveis, conforme quadro seguinte:

As bases de mensuração utilizadas dos ativos fixos tangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha reta no registo das amortizações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil.

Descrição	Terras e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	216.188,20	21.622.395,52	11.345.433,67	4.033.901,34	221.289,71					
Depreciações acumuladas	216.724,65	15.403.332,04	11.621.692,12	3.323.374,69	182.795,47		571.238,05	1.419.369,42		48.491.273,37
Imparidades acumuladas							254.809,89			20.295.100,04
Saldo no início do período	22.413,55	6.219.063,48	6.723.741,55	910.526,65	138.494,24			1.478.282,71		1.478.282,71
Variações do período		484.843,63	(1.187.342,11)	(40.894,02)	(4.864,71)		216.469,77	(11.621,29)		21.621.429,00
Total de aumentos			778.397,44	427.631,63	133.358,95		26.148,00	178.340,00		1.626.200,41
Outras aquisições			778.397,44	427.631,63	133.358,95		10.348,00	178.340,00		1.626.200,41
Outros aumentos							10.348,00	178.340,00		1.521.900,41
Total diminuições		1.694.893,58	2.261.694,22	428.847,06	50.218,06		88.839,21			3.224.692,29
Depreciações do período		1.700.053,90	1.661.094,22	363.897,08	20.334,37		62.829,21			3.658.207,28
Alterações				36.790,00	4.070,00					40.760,00
Abates				37.300,00	8.174,67					45.474,67
Transferências do AFT		1.879.828,35								1.879.828,35
Saldo no fim do período	22.413,55	5.705.497,63	5.536.404,44	869.632,63	88.280,29		165.761,68	(1.707.379,48)		(941.300,50)
Valor bruto no fim do período	216.188,20	21.302.011,67	10.158.776,78	4.266.031,62	212.564,71					18.769.262,98
Depreciações acumuladas no fim do período	216.724,65	16.405.171,24	12.729.894,24	3.328.221,57	182.951,27		435.799,10	1.408.688,72		48.628.951,14
										31.265.264,16

Quadro comparativo:

Descrição	Terras e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	216.724,65	21.622.395,52	17.046.770,75	3.212.491,34	222.089,94					
Depreciações acumuladas	216.724,65	14.460.270,12	9.730.114,64	3.283.046,12	182.482,04		571.238,05	480.701,33		43.311.447,25
Imparidades acumuladas							262.354,11			27.428.541,03
Saldo no início do período		6.162.125,40	7.316.656,11	629.445,22	42.607,90			1.522.312,80		1.522.312,80
Variações do período	22.413,55	(484.843,63)	(306.324,89)	267.281,29	(4.864,61)		228.623,45	(1.686.624,27)		11.817.392,81
Total de aumentos	22.413,55		1.305.662,62	626.816,89	14.742,62		1.622.806,86			3.228.675,57
Aquisições em primeira mão	22.413,55		1.285.662,62	621.410,00	14.328,62		1.672.570,00			3.228.375,57
Outros aumentos				1.620,00						1.620,00
Total diminuições		188.261,61	1.285.742,61	367.898,77	14.308,45		61.639,78	17.269,88		1.866.398,26
Depreciações do período		305.252,62	1.285.742,61	367.828,77	14.308,45		61.633,78			1.866.398,26
Outras diminuições										1.471.206,26
Saldo no fim do período	22.413,55	5.677.281,77	6.030.911,52	896.326,41	17.799,39		216.469,77	(11.621,29)		18.489.856,90
Valor bruto no fim do período	216.188,20	21.302.011,67	10.158.411,67	4.033.901,34	221.289,71					18.489.856,90
Depreciações acumuladas no fim do período	216.724,65	15.624.729,90	11.821.500,15	3.323.374,69	182.795,47		571.238,05	1.419.369,42		48.431.174,37
										22.288.882,67

Direção

Contabilista Certificado



8 - Locações

8.1. Locações financeiras

Os custos de locações financeiras são reconhecidos como um gasto no período.

No ano de 2019 o gasto ocorrido com juros de locações foi de 819,58 euros.

Descrição	Ativos intangíveis	Ativos fixos tangíveis	Propriedades de investimento	Total	Locações Operacionais
Valor Bruto		24.024,41		24.024,41	
Saldo no fim do período		24.024,41		24.024,41	
Total dos futuros pagamentos mínimos		24.024,41		24.024,41	
Até um ano		24.024,41		24.024,41	
De um a cinco anos					
Mais de cinco anos					
Valor atual do total dos futuros pag. mínimos					
Até um ano					
De um a cinco anos					
Mais de cinco anos					

8.2. Resumo das locações de acordo com o quadro seguinte, e outras informações

Nº Contrato	Locadora	Bem locado	Valor	Opção de compra e outros detalhes
4150/11/2016	BIC	Renault Traficno (06-SC-12)	19.827,23	
400115943	BCP	Volvo S5-TA-01	7.760,85	
400128896	BCP	Renault Clio (89-TX-73)	5.846,93	

9 - Custos de empréstimos obtidos

9.1. Empréstimos obtidos capitalizados no período e respetiva taxa, bem como os reconhecidos em gastos:

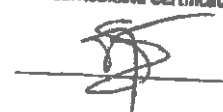
Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período.

No ano de 2019 o gasto ocorrido com juros de financiamento foi de 112.975,94 euros.

Descrição	Valor contratual do empréstimo	Valor Corrente Empréstimo	Valor Não Corrente Empréstimo	Total custos anuais emp.obt.	Juros suportados anuais emp.obt.	Despesas com ativo	Taxa capitalização utilizada	Custos emp.capitalizado	Custos emp.obt.
Empréstimos genéricos		3.138.304,90	290.879,19						
Instituições de crédito e sociedades financeiras		3.138.104,90	290.659,19						
Empréstimos específicos									
Total dos Empréstimos		3.138.304,90	290.879,19						

Direção

Contabilista Certificado



9.2. Outras divulgações

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Juros e resgate de títulos obtidos		8.520,38
Juros de financiamentos obtidos		3.550,38
Juros e gastos similares suportados	196.790,40	177.767,62
Juros de financiamentos suportados	196.790,40	177.767,62
Juros de empréstimos bancários	122.875,04	136.943,80
Juros de locações financeiras	419,58	3.639,90
Outros juros de financiamentos obtidos	22.994,68	37.278,52

10 - Inventários

10.1. Políticas contábeis adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os inventários são inicialmente reconhecidos pelo seu custo de aquisição ou de produção, o qual inclui os custos de compra, de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local atual e na sua condição. Subsequentemente, são mensurados e apresentados pelo mais baixo entre o custo histórico e o valor realizável líquido.

10.1.1. Apuramento do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas e outras informações sobre estas naturezas de inventários, conforme quadro seguinte:

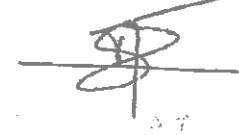
Descrição	Mercadorias	Mét. Primeir. e Subsid.	Total Período	Mercadorias Per. Anterior	Mét. Prim. e Sub. Per. Anterior	Total Per. Anterior
APURAMENTO DO CUSTO DAS MERÇADORIAS VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS						
Inventário Inicial						
Compra		294.847,77	294.847,77			
Atualização e regularização de inventários					408.287,22	408.287,22
Inventário Final						
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		294.847,77	294.847,77		408.287,22	408.287,22
OUTRAS INFORMAÇÕES						

10.1.2. Apuramento da variação de produção e outras informações sobre estas naturezas de inventários, conforme quadro seguinte:

Descrição	Prod. Acabadas e Intern.	Subprodutos, desp e refugos	Prod e trab em curso	Total Período	Prod. Acab. e Intern. Per. Anterior	Subprod, desp e refugos Per. Anterior	Prod e trab. em curso Per. Anterior	Total Período Anterior
APURAMENTO DA VARIAÇÃO DE PRODUÇÃO								
Inventário Inicial	14.847,50			14.847,50	15.125,00			15.125,00
Atualização e regularização de inventários								
Inventário Final	15.125,00			15.125,00	7.825,00			7.825,00
Variação de produção	(287,50)			(287,50)	7.825,00			7.825,00
OUTRAS INFORMAÇÕES								

Direção

Contabilista Certificado



11 - Rédito

11.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transa es que envolvam a presta o de serviços

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e presta o de serviços, líquido de impostos e descontos, e   reconhecido quando os riscos e vantagens inerentes   posse dos ativos vendidos são transferidos para o comprador, no caso da venda, e   reconhecido com referência   sua execu o relativamente aos serviços prestados.

11.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Descri�o	Valor Período	V. Período Anterior
Vendas de bens		
Prest�o de serviços	2.601.285,30	3.027.436,21
Juros	4.431.771,74	7.953.405,71
Outros réditos		1.130,39
Total	2.657.684,17	2.572.068,05
	13.570.680,11	12.850.570,85

11.3. Outros Rendimentos

A rubrica de outros rendimentos   composta de acordo com o quadro abaixo:

RUBRICAS	PERIODOS	
	2019	2018
Outros rendimentos	2.657.684,17	2.572.068,05
Rendimentos suplementares	271.711,95	300.661,38
Aliena�es	3.390,64	2.481,71
Rendas e Out. Rend. Prop. Investimento	69.204,00	69.204,00
Corre�es relativas a exercícios anteriores	1.500,00	
Imputa�o de subsídios p/ investimento	2.820.127,20	2.190.571,71
Outros	1.730,57	9.169,25

12 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

12.1. Política contabilística adotada para os subsídios das entidades públicas

Os subsídios do Governo são reconhecidos após existir segurança de que a Associa o cumprir  as condi es a eles associadas e que os subsídios serão recebidos.

Em termos de contabiliza o, os subsídios do Governo relacionados com resultados serão registados como rendimentos caso os gastos já estejam incorridos, ou a rendimentos diferidos na propor o dos gastos a incorrer.

Os subsídios do Governo relacionados com ativos são inicialmente contabilizados no Capital Próprio e, subsequentemente, imputados a rendimentos durante a vida útil do ativo caso sejam ativos depreciáveis ou amortizáveis, ou, mantidos no Capital Próprio caso esses ativos não sejam depreciáveis ou não amortizáveis.

Dire o

Contabilista Certificado



12.2. Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente se beneficiou:

Descrição	Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído Período	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent. - Valor Atrib. Per. Ant.	Outras Ent. - Valor Atribuído Período	Outras Ent. - Valor Imputado Período	Das Quil UE - Valor Atrib. Per. Ant.	Das Quil UE - Valor Atribuído Período	Das Quil UE - Valor Imputado Período
Subsídios ao Investimento	1.682.335,54	872.845,18							
Para ativos fixos tangíveis	1.682.605,23	882.118,84							
Equipamento básico	1.010.480,26	447.088,84							
Equipamento de transporte	670.125,00	208.020,00							
Para ativos intangíveis	61.670,28	88.926,44							
Projetos de desenvolvimento		25.485,94							
Programas de computador	61.670,28								
Outros ativos intangíveis		6.440,50							
Para outros recursos de ativos									
Subsídios à exploração	2.296,33	8.726,36							
Valor dos subsídios obtidos no período									
De subsídios ao investimento									
De subsídios à exploração									
Total	1.684.631,87	881.571,54							

12.3. Outras informações

Em 2018, a associação beneficiou de subsídios à exploração, no montante de 2.296,15 euros referente ao IEFP - estágios. Obtendo ainda, subsídios ao Investimento no montante de 1.682.335,54 euros, dos quais foram recebidos 1.518.805,18 durante o período de 2018, referentes a equipamento básico, equipamento de transporte e programas de computador.

Em 2017, a associação beneficiou de subsídios à exploração, no montante de 2.588,45 euros referente ao IEFP - estágios. Obtendo ainda, subsídios ao Investimento no montante de 875.482,06 euros, dos quais foram recebidos 610.275,63 euros durante o período de 2017, referentes a equipamento básico e equipamento de transporte.

Direção

Contabilista Certificado



36

13 - Impostos e contribuições

13.1. Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto (rendimento) de imposto sobre o rendimento:

a) Reconciliação numérica entre gasto (rendimento) de impostos e o produto de lucro contabilístico multiplicado pela (s) taxa(s) de imposto aplicável(eis) e indicação da base pela qual a taxa(s) de imposto aplicável(eis) é (são) calculada (s); ou

b) Reconciliação numérica entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável, e indicação da base pela qual é calculada a taxa de imposto aplicável.

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Resultado antes de impostos do período	11.965,97	(863.299,83)
Imposto corrente	8.965,47	
Imposto diferido		
Imposto sobre o rendimento do período	8.965,47	
Tributações autónomas	148,53	
Taxa efetiva de imposto	77,81	

13.2. Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

A rubrica de Estado e outros entes públicos respeita às seguintes naturezas:

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento		8.965,47	691,85	
IRC a receber / pagar		8.965,47	691,85	
Balanço de impostos sobre rendimentos		41.508,74		29.892,53
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	114.248,31		95.823,64	
Outros impostos	26,98			
Contribuições para a Segurança Social		190.207,89		100.995,89
Tributos das autarquias locais		30,42		30,42
Outras tributações		548.201,50		
Total	114.275,29	738.908,03	96.515,49	140.918,84

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, sendo de cinco anos para a Segurança Social. Deste modo, as declarações fiscais da associação dos anos de 2016 a 2019 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Direção da Associação entende que as correções resultantes de revisões/inspeções, por parte das autoridades fiscais, àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019.

Nos termos do artigo 88.º do Código do imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas a Associação encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

Direção

Contabilista Certificado



14 - Instrumentos financeiros

14.1. Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras

Os instrumentos financeiros detidos pela Associação encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

14.2. Categorias de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento inicial
Ativos financeiros:					
Contas e ordenados			4.793.796,83		
Outras contas a receber			4.138.603,00		
Ativos financeiros detidos para negociação			594.185,83		
			19.800,00		
Passivos financeiros:					
Fornecedores			4.732.727,72		
Financiamentos obtidos			3.554.438,98		
Outras contas a pagar			4.139.782,83		
Ganhos e perdas líquidas:			1.358.289,94		
De ativos financeiros			(44.863,27)		
De ativos financeiros			(44.863,27)		
Rendimentos e gastos de juros			(206.790,40)		
De passivos financeiros			(186.790,40)		

14.3. Diferimentos

Os diferimentos de gastos a reconhecer no montante de 185.227,79 euros respeitam a:

Nome	Valor
Seguros	92.504,85
Depósito Garantia - Lubrificant	51,64
Protocolo ECM Clin	12.600,00
Salgema de câmbio do Alentejo	90.671,30

14.4. Fundos patrimoniais

A variação ocorrida, nos anos de 2019 e 2018, nos Fundos Patrimoniais encontra-se devidamente evidenciada na Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais.

Descrição	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	4.898,00			4.898,00
Reservas transferidas	2.895.446,25		(896.899,78)	2.798.546,47
Outras variações nos capitais próprios	8.972.189,58		(2.898.597,27)	7.973.592,31
Reservas	9.239.337,58		(1.898.197,27)	7.341.140,31
Dúvidas	92.504,80			92.504,80
Total	13.898.619,89		(2.898.198,08)	10.999.421,81

Direção

Contabilista Certificado



15 - Benefícios dos empregados

15.1. Número de empregados e gastos de pessoal

15.1.1. Benefícios dos empregados e encargos da entidade

A 31 de dezembro de 2019 o número de colaboradores era de 279.

Não se encontram estabelecidos benefícios a longo prazo para funcionários.

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	4.448.033,83	4.517.670,83
Remunerações do pessoal	3.273.588,84	3.422.884,27
Encargos sobre as remunerações	685.119,56	660.892,84
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	338.290,39	287.579,48
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	181.005,86	207.419,94

Direção

Contabilista Certificado



16 - Divulgações exigidas por diplomas legais

16.1. Informação por atividade económica

Descrição	Atividade CAE 1	Total
Vendas	2.801.255,90	2.801.255,90
De produtos acabados, semiacabados, resíduos e refugos	2.801.255,90	2.801.255,90
Prestações de serviços	8.411.771,74	8.411.771,74
Compras	394.047,77	394.047,77
Fornecimentos e serviços externos	4.395.301,07	4.395.301,07
Custo dos materiais vendidos e transferidos	394.047,77	394.047,77
Impostos próprios, subsidiários e de terceiros	394.047,77	394.047,77
Variação nos inventários de produção	(207,00)	(207,00)
Saldo em aberto	4.448.813,00	4.448.813,00
Reversões	1.371.500,04	1.371.500,04
Outros gastos	1.174.421,85	1.174.421,85
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	11.700.281,96	11.700.281,96
Total das aquisições	1.128.231,95	1.128.231,95
Passividades de investimento		

16.2. Informação por mercado geográfico

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas	2.801.255,90			2.801.255,90
Prestações de serviços	8.411.771,74			8.411.771,74
Compras	394.047,77			394.047,77
Fornecimentos e serviços externos	4.395.301,07			4.395.301,07
Aquisições de ativos fixos tangíveis	1.128.231,95			1.128.231,95
Aquisições de ativos intangíveis	97.001,18			97.001,18
Rendimentos suplementares:	271.711,96			271.711,96
Aluguer de equipamento	3.900,00			3.900,00
Outros rendimentos suplementares	267.811,96			267.811,96

16.3. Outras divulgações exigidas por diplomas legais

A Direção informa que a RESITEJO não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro, a Direção informa que a situação da RESITEJO perante a Segurança Social se encontra regularizada.

Direção

Contabilista Certificado



17 - Outras informações

17.1. Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

Relativamente aos processos contra-ordenacionais, devido a não se conhecer o desenlace não foram estimadas quaisquer contingências.

17.2. Outros Gastos

A rubrica de outros gastos é composta de acordo com o quadro abaixo:

RUBRICAS	PERIODOS	
	2019	2018
Outros gastos	531.498,11	474.287,42
Impostos	377.700,76	382.834,63
Dívidas Incobráveis	44.961,27	
Correcções de exercícos anteriores	25.136,59	12.515,42
Donativos	28.157,25	20.819,41
Quotizações	24.076,00	24.076,00
Outros	11.427,24	34.791,96

Direção

Contabilista Certificado

17.3. Discriminação do Fornecimentos e Serviços Externos

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Subcontratos	136.462,86	28.507,50
Serviços especializados	1.379.708,92	1.765.068,13
Trabalhos especializados	275.298,06	429.514,17
Publicidade e propaganda	104.689,48	112.482,79
Vigilância e segurança	61.750,00	62.909,92
Honorários	80.781,51	71.627,96
Conservação e reparação	618.934,47	1.052.913,39
Outras	39.873,65	35.604,96
Materiais	184.532,49	182.576,04
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	195.000,25	168.676,25
Livros e documentação técnica	604,87	
Material de escritório	15.579,19	9.109,60
Artigos para oferta	12.990,00	14.997,28
Outras	138,18	692,91
Energia e flutúos	1.423.877,78	1.629.281,90
Electricidade	426.868,10	433.771,48
Combustíveis	947.384,90	967.485,93
Água	7.249,10	2.788,53
Outras	49.876,65	225.236,05
Deslocações, estadas e transportes	490.636,71	309.781,78
Deslocações e actadas	12.095,97	20.190,01
Transportes de mercadorias	478.741,34	89.542,74
Serviços diversos	798.486,04	887.571,81
Rendas e alugueres	800.521,05	838.653,13
Comunicação	26.814,59	25.428,54
Seguros	196.744,56	152.095,85
Contratados e notariado	1.163,00	1.208,08
Despesas de representação	1.485,94	1.104,36
Limpeza, higiene e conforto	31.759,56	9.981,93
Total	4.886.381,07	4.846.782,82

Direção

Contabilista Certificado



18 - Acontecimentos após data de balanço

18.1. Autorização para emissão:

- a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou;
A Direção autorizou a emissão das demonstrações financeiras na data estipulada no relatório de gestão.
- b) indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.
Os associados da associação detêm o poder de alterar as demonstrações financeiras após a data acima referida.

18.2. Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço.

Não existiram situações significativas que alterem a posição financeira relatada.

Direção

Contabilista Certificado



41



TERMO DE ENCERRAMENTO

O presente relatório e contas, que contém 41 (quarenta e uma) páginas, com referência ao ano de dois mil e dezanove, foi aprovado por unanimidade na reunião da direção da Resitejo - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo, realizada no dia vinte e três de março de dois mil e vinte.

O Presidente da Direção

PAULO JORGE MIRA
LUCAS CEGONHO
QUEIMADO
2020.04.27 19:38:06
+01'00'

Paulo Jorge Mira Lucas Cegonho Queimado

Os Vice-Presidentes da Direção

ILDA MARIA PINTO RODRIGUES
JOAQUIM

Assinado de forma digital
por ILDA MARIA PINTO
RODRIGUES JOAQUIM
Dados: 2020.04.30
16:09:54 +01'00'

Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim

[Assinatura Qualificada] Paulo Jorge Alcobia das Neves

Assinado de forma digital por
[Assinatura Qualificada] Paulo
Jorge Alcobia das Neves
Dados: 2020.05.05 13:02:04 +01'00'

Paulo Jorge Alcobia Neves

Assinado por: RUI CONSTANTINO MARTINS
Num. de Identificação: BI056535996
Data: 2020.05.07 12:51:15+01'00'



CARTÃO DE CIDADÃO

Rui Constantino Martins

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos. Senhores Associados da
RESITEJO – Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo
Carregueira

Em cumprimento da lei e dos estatutos temos o prazer de apresentar o Relatório relativo à nossa ação fiscalizadora, assim como o nosso Parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentados pela Direção, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

No desempenho das suas funções o Conselho Fiscal acompanhou a atividade da Associação através da informação financeira e dos esclarecimentos prestados quer pela Direção, quer pelos Serviços. Por outro lado, o Conselho Fiscal vigiou a observância da lei e dos estatutos, efetuou as verificações julgadas necessárias nas circunstâncias e comprovou a adequação dos critérios valorimétricos adotados.

Após o encerramento das Contas, o Conselho Fiscal procedeu à apreciação das mesmas e do relatório de gestão elaborado pela Direção, o qual traduz, de modo adequado, a atividade, evolução e a situação da Associação.

O Conselho Fiscal apreciou também a Certificação Legal das Contas elaborada pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Tocha, Chaves & Associados decorrente do exame por si realizado, a qual, merecendo a nossa concordância, deve ser considerada como fazendo parte integrante deste Relatório.

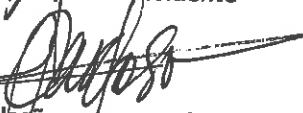
Como consequência do trabalho efetuado e tendo em consideração o conteúdo da Certificação Legal das Contas, o Conselho Fiscal é de PARECER que:


1. O Relatório de Gestão apresentado pela Direção deve ser aprovado;
2. As Contas apresentadas pela Direção devem ser aprovadas;
3. A proposta de aplicação de resultados apresentada pela Direção deve ser aprovada.

Carregueira, 13 de março de 2020

O CONSELHO FISCAL


Município de Tomar, representado por
Helder Duarte Henriques - Presidente


Município da Golegã, representado por
António Francisco Oliveira Pires Cardoso - Vogal


Tocha, Chaves & Associados - SROC, representada por
Paulo Dinis Delgado Chaves, ROC - Vogal



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da RESITEJO – Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 19.655.083 euros e um total de fundos patrimoniais de 10.073.664 euros, incluindo um resultado líquido de 2.600 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião com reservas

A Entidade não constituiu quaisquer provisões ambientais, relacionadas com a monitorização ambiental e encerramento das células de deposição de resíduos, relativamente às quais não existem elementos que possibilitem a sua mensuração.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Tal como referido no relatório de gestão, a Associação irá ser dissolvida durante o exercício de 2020, com a transmissão do património e da atividade para uma empresa local de natureza intermunicipal já constituída.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.



Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;



- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais

Lisboa, 24 de fevereiro de 2020

Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas nº 181
representada por:


Paulo Dinis Delgado Chaves - ROC n.º 1085